

ENTREVISTA

QUESTÕES PARA PAOLO NOSELLA

*Livia Diana Rocha Magalhães
Pelo Comitê Editorial do Museu Pedagógico da Uesb*

O professor Paolo Nosella é um intelectual bastante conhecido no Brasil, particularmente por suas publicações sobre a Educação Brasileira, na área de Trabalho e Educação, História da Educação, entre outras, e por sua inestimável contribuição na difusão da literatura de Antônio Gramsci para a área educacional.

Na entrevista que se segue, ele nos proporciona uma reanálise de temas que fizeram parte da formação e preocupação dos educadores brasileiros no último quartel do século XX, possibilitando uma espécie de “inventário crítico” sobre o sentido que certas categorias de análise assumem na problematização da prática e de concepções educacionais. Na contramão de esquemas de pensamentos e análises que sintetizam o presente da educação brasileira, em questões de conceitos técnicos destituídos de história e de contradições sociais, como competência, escola, qualidade e educação, o autor nos possibilita o reencontro com discussões sobre “competência técnica x competência política”, “Escola desinteressada x Escola politécnica”, à luz das leituras de Gramsci, historicizando-as e superando-as por meio de uma incursão que propicia a certeza de que precisamos continuar discutindo e estudando a educação brasileira.

Práxis Educacional	Vitória da Conquista	n. 2	p. 15-19	2006
--------------------	----------------------	------	----------	------

Práxis Educacional (PE): Em seu artigo “Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois” e na sua palestra realizada no V Colóquio do Museu Pedagógico da Uesb, o senhor rediscute o tema compromisso político e competência técnica. Qual a importância do retorno a um tema tão debatido na década de 1980?

Paolo Nosella: De forma geral, os intelectuais brasileiros estiveram sempre envolvidos, direta ou indiretamente, em política. Essa característica não é defeito, aliás, considero-a um valor. A *intelligentzia* brasileira nunca se confinou exclusivamente na pura filosofia nem se enclausurou nas sacristias ou nas academias. Teve sempre um pé (ou mais que um pé) no espaço político, desde os Jesuítas, passando pelos Pioneiros da educação, até os atuais educadores em geral.

Tal compromisso político, como disse, é um valor. Mas há formas e formas de envolvimento do intelectual com a política. Ora, sobre essas variadas formas, pouco se refletiu.

Meu artigo e minha palestra pretenderam estimular a reflexão sobre as variadas formas de compromisso político dos intelectuais, começando por caracterizar as duas principais: a orgânica e a tradicional.

Dos anos 70 e 80, do século passado, para os dias de hoje, a conjuntura política do país mudou muito. Assim, a forma de engajamento político do educador necessariamente deve tomar novas performances. Simplificando: se, naqueles anos, era prioritário um engajamento orgânico, isto é, de carteirinha, hoje a carteirinha partidária para um educador, mesmo sendo ainda um valor, não é mais uma “necessidade” histórica. Com efeito, o ato pedagógico já possui em si a dimensão clara (mesmo que implícita) do compromisso ético-político do educador.

Em suma, o intelectual orgânico e o tradicional representam duas formas de compromisso político; não se contrapõem entre si, mas se articulam e complementam. Ora, o equívoco em que muitos educadores caíram nos anos 80 foi considerá-las antagônicas. Dependendo da conjuntura política, uma forma de engajamento pode ser mais importante ou prioritária do que a outra; as duas, porém, são necessárias e complementares entre si.

PE: O senhor afirma que, para compreendermos a função e a natureza dos intelectuais, precisamos ler Gramsci com maior atenção, contrariamente ao que ocorreu nos anos de 1980. O senhor poderia explicitar melhor a necessidade dessa releitura?

PN: Precisamos reler Gramsci, justamente porque nos anos 1980 sua obra foi lida pelo viés do compromisso orgânico, como se, necessariamente e sempre, ele priorizasse as atividades políticas “orgânicas” dos intelectuais, em detrimento das suas atividades “tradicionais”. Mas isso não é verdade. Em certos momentos (ascensão do fascismo), Gramsci priorizou o intelectual orgânico, mas, em outros momentos, não. Aliás, se há uma especificidade nele, que o distingue dos comunistas dirigentes da época, é justamente a de focalizar e analisar a cultura e a política desinteressadas e, paralelamente, a função e o peso político dos intelectuais tradicionais. Ele deixa claro que o compromisso político do intelectual tradicional tem um valor extraordinário e insubstituível que, freqüentemente, o partido não entende. Só o intelectual tradicional pode fornecer ao partido a dimensão “desinteressada” da política, a perspectiva histórica de longo alcance, a cultura elevada e complexa da modernidade, os valores éticos que fazem do “poder” um verbo, e não um substantivo. Quando o partido o subestima, ou até mesmo o dispensa, o intelectual tradicional torna-se uma mera máquina burocrática, um cego instrumento de poder.

Obviamente, no novo quadro político em que se encontra o Brasil hoje, é indispensável ler o Gramsci que resgata a dimensão política das atividades tradicionais dos educadores e dos intelectuais em geral. A carteirinha, isto é, o engajamento político orgânico se, de um lado, ajuda, de outro, aprisiona a inteligência e o coração do educador. Ora, Gramsci, ultrapassando o marxismo determinista e introduzindo o marxismo investigativo e “desinteressado”, não aceita (salvo em certas situações históricas de extrema emergência) o taticismo político, porque jamais aceita deformar a verdade ou sonégá-la simplesmente para ganhar votos.

PE: O senhor poderia discutir melhor sua afirmação de que “é preciso resgatar o valor da dúvida como método”?

PN: A dúvida é a mãe da ciência. O intelectual orgânico dificilmente duvida e menos ainda pode expressar suas dúvidas, pois seu compromisso é com a organização, não com a ciência. Quando Brecht escrevia que “O nosso recurso novo é a dúvida”, ele apontava para o processo de descolamento de Galileu do rígido organismo medieval. Não estava ainda clara, para esse famoso cientista, a estrutura do estado moderno, mas, para chegar a ele, era preciso começar a duvidar da estrutura milenar da cristandade medieval. O que não era pouca coisa. Ora, Galileu podia duvidar porque era um intelectual tradicional, um físico-matemático, livre de relações orgânicas com a estrutura do poder estabelecido, isto é, não era clérigo. Só o intelectual tradicional pode duvidar profundamente e manifestar abertamente suas dúvidas.

PE: Em tempos atuais, como poderíamos compreender a necessidade da escola e da política “desinteressadas”?

PN: Uma escola “desinteressada” hoje é aquela que possibilita aos jovens adquirir o rigor científico e exercer responsabilmente a liberdade. Rigor científico é o método que eleva a cultura popular para os níveis profundos da arte, da filosofia e da ciência. A aplicação desse método não admite leviandade, superficialismos, espontaneísmos, assistencialismos, etc.

O exercício responsável da liberdade ocorre quando o jovem cresce junto com a escola, que deve se tornar um espaço público para acolher não somente seus braços e suas mentes, e, sim, também, sua vida, suas organizações, seus sonhos, sua criatividade, suas tendências construtivas e suas habilidades. Por isso, para Gramsci, a expressão “educação politécnica” é inadequada por ser semanticamente insuficiente, visto que o termo inevitavelmente põe o acento no instrumento do trabalho, e não na liberdade do trabalhador.

A política “desinteressada” é a forma de conquistar e exercer o poder, sem incorrer nos três atávicos e mortíferos vícios da política: o mesquinho taticismo político, o determinismo histórico e o burocratismo autoritário. A política desinteressada não deixa de dizer a verdade, e toda a verdade, mesmo que isso signifique, a curto prazo, perder uma eleição, pois sabe que o taticismo político, se a curto prazo pode trazer

vitórias eleitorais, a longo prazo prejudica os ideais da verdade e da autenticidade. O determinismo político não considera a história como um processo dialético, e sim como a realização dos seus planos e sua previsão mecânica e dogmática. O burocratismo político, finalmente, substitui os valores éticos por regras formais, instituídas e protegidas pela força.

PE: Será que, de fato, a idéia da “escola desinteressada” tem sido compreendida no Brasil?

PN: Infelizmente, acho que a bandeira da “educação politécnica”, em que pese às suas excelentes boas intenções, significou uma perda de tempo, um freio para o esclarecimento da idéia gramscianiana de “escola desinteressada do trabalho”. Cito Fernando Pessoa: “Quem não vê bem uma palavra,/ não pode ver bem uma alma”.

Não me preocupo com o entendimento que o neoliberalismo tem de “escola”. Pois, este já o sabemos: o neoliberalismo entende doar uma escola assistencial para os pobres, uma profissionalizante para os trabalhadores e uma elitizante para os futuros dirigentes. O que me preocupa é a compreensão que os marxistas ou socialistas têm de escola. Nesse sentido, repito que a expressão “politécnica” não foi semanticamente feliz. Ela nos impediu uma interlocução clara com a sociedade em geral e limitou nossa elaboração teórico-prática de um modelo de escola voltado, em primeiro lugar, para a liberdade do trabalhador, ou seja, para entender e aplicar a dialética íntima entre o reino da necessidade e o da liberdade. Assim, fomos encurralados pela força da semântica na reflexão sobre o ensino médio e sobre o impacto das novas tecnologias.

Referências Bibliográficas

NOSELLA, Paolo. O compromisso político do intelectual. In: _____. **Qual compromisso político?:** ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. 2. ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Eccos Revista Científica**, São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho (Uninove), v. 6, n. 1, jun. 2004.